



## PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

### AO ILUSTRÍSSIMO(a) PREGOIRO(a) DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

***Ref: Edital de Licitação Pregão eletrônico nº 0025/2018***

PERFIL COMPUTACIONAL Ltda, empresa em direito privado, com sede na Rua Barão do Rio Branco, nº 459 – sala 20 Bairro Centro Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul, inscrita Sob CNPJ nº 02.543.216/0001-29, por meio de seu representante legal, Vem tempestivamente à presença de V.Sas., com fundamento na lei federal nº 8666 de 21 de Junho de 1993, art 4º. Inciso XVIII da lei 10.520/2002 e com Fundamento no Edital Pregão Eletrônico nº 025/2018, oferecer a IMPUGNAÇÃO deste edital;

#### **I. DOS FATOS**

O presente Pregão tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de equipamentos de TI para a Reitoria e os câmpus do Instituto Federal Sul-rio-grandense, com validade de 01 (um) ano, a contar da data da homologação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

A Perfil Comp. Representante da Dell Computadores, tendo interesse em participar da licitação, obteve o respectivo Edital, e ao verificar as condições para participação no pleito, deparou-se com a exigências formuladas no descritivo referente ao item 03 no qual apontam solicitações que por hora impediam sua participação neste certame. Haja vista que, algumas das solicitações demonstram características que direcionam a participação apenas para uma marca, a Perfil Comp. Realizou questionamentos que foram **NEGADOS** pela estimada administração.

Tendo em vista, esta negativa, mesmo que apontando estas irregularidades, utilizamos da disposição do pedido de impugnação ao edital.

*“23.3 Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão.”*

A solicitação: *“Deverá possuir Trackpoint, ou similar, com no mínimo 2 botões”,* combinada com *“Peso máximo do conjunto (notebook com bateria instalada) de no máximo 1.750 gramas”* ambas solicitações do item 3 deste certame, leva ao equipamento da marca “Lenovo”.

O *Trackpoint* é uma nomenclatura utilizada por essa marca em específico, está também é uma tecnologia pouco utilizada, o que não traz nenhuma justificativa plausível para tal solicitação no descritivo técnico. Mesmo com o aceite de características similares há o deslocamento de modelos, sendo que somente a Lenovo teria vantagem competitiva.

Quanto ao questionamento do peso, a resposta da estimada organização diz o seguinte: - *“Resposta: Entendimento incorreto. Tal exigência se dá visando ergonomia e praticidade no uso, havendo equipamentos de todos os fabricantes que atendam ao solicitado.”* De fato, a maioria das fabricantes possuem notebooks que atende essa solicitação, porém, quando ela é combinada com os demais requisitos, como bateria, TPM, entre outros, novamente remetemos a uma marca apenas. A solicitação de peso inferior a 2kg pouco afetaria a praticidade de uso do equipamento e ainda menos a ergonomia.

Ainda, por meio de questionamento, solicitamos entendimento quanto aos encaixes tool-less dos slots m.2, *“Deve permitir a abertura do equipamento e a troca de componentes internos (disco rígido, unidade de mídia óptica, memórias e placas de expansão) sem a utilização de ferramentas (tool less), o projeto tool-less deverá ser original do fabricante do equipamento, não sendo aceitas quaisquer adaptações sobre o gabinete original”*, que por duas vezes foi negado. Ressaltamos que tanto Dell como HP, entre outras, não atendem essa característica nos slots m.2 das placas, sendo utilizado parafuso para fixação, o que mais uma vez leva ao direcionamento e benefício dos equipamentos da marca Lenovo, que só passou a atender essa característica na sua linha mais recente, lançada nesse ano.

O certame licitatório tem como princípio basilar a isonomia entre os licitantes, buscando ainda a máxima competitividade, com o fim de alcançar a proposta mais vantajosa à Administração Pública. Sendo assim, é vedada exigências editalícias que apenas impedem a participação de empresas na licitação, ferindo o princípio da isonomia. Em observância a estes princípios, a Lei nº 8666/93 em seu artigo 7º, § 5º, ***veda expressamente a preferência por marca ou descrição de especificação exclusiva, com o fim de impedir qualquer discriminação entre os licitantes***, conforme passamos a verificar:

Art. 7º, § 5º, Lei nº 8666/93: “É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.” (grifo nosso)

Além, dos questionamentos em itens que se referem ao direcionamento, outros foram negados a modo de que equipamentos da marca DellEMC fique impossibilitada de participar, diminuído assim o ato principal de uma licitação pública, o princípio da economicidade, pois impedem a ampla concorrência entre os licitantes. Neste sentido, encontramos acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul:

“Visa à concorrência pública fazer com que o maior número de licitantes se habilitem para o objetivo de facilitar aos órgãos públicos a obtenção de coisas e serviços mais convenientes a seus interesses. Em razão

deste escopo, exigências demasiadas e rigorismos inconsistentes com a boa exegese da lei devem ser arredados.” (RDP 14:240)

## II. DO PEDIDO.

Pelo exposto, nota-se vício insanável no EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 25/2018, publicado pelo INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE, que fere e os fundamentos de uma licitação pública tornando impossível a participação de outras empresas no certame nos itens acima referido.

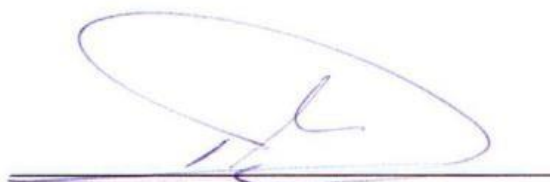
Pedimos que V.S.<sup>a</sup>, na atribuição de representante desta dought comissão, edite os descritivos deste edital, mediante lançamento de novo edital ou retificando o já publicado, com a finalidade de amparar as bases reais de uma licitação, na expectativa de que as restrições ao caráter competitivo do certame, porquanto ilícitas, sejam escoimadas a tempo.

Grifa-se que somente mediante a correção do instrumento convocatório que os princípios públicos da isonomia e legalidade serão aplicados, igualando as licitantes no único intuito de conseguir a melhor oferta para a Administração Pública, além de trazer ao ato administrativo a legalidade necessária.

Caso não seja este o entendimento desta Dought Comissão, requer que seja a presente impugnação, em conjunto com o edital, remetidos à Instância Superior para análise e julgamento, com efeito suspensivo do certame licitatório até ser publicada a decisão definitiva.

Nestes termos,

Pede Deferimento



**Rodrigo Alves Soares**

Representante Legal

CPF: 481.149.520-91 - RG: 6038740095

Perfil Comp

